

31º Encontro Anual da ANPOCS

22 a 26 de outubro de 2007

Caxambu (MG)

ST-24

Partidos e sistemas partidários

A participação da Democracia Socialista na organização e estruturação do PT

Vitor Amorim de Angelo

Universidade Federal de São Carlos

Introdução¹

Qual a importância de uma tendência ou corrente partidária para a organização e estruturação da legenda da qual faz parte? As *subunidades partidárias*, para utilizarmos a expressão proposta por Giovanni Sartori², são frequentemente associadas às divisões internas e, nesse sentido, ao enfraquecimento dos próprios partidos. Meu propósito, neste trabalho, é, invertendo essa perspectiva analítica, examinar a participação da tendência Democracia Socialista (DS) na organização e estruturação do Partido dos Trabalhadores (PT). Essa abordagem permitirá não apenas identificar a visão da corrente a respeito do partido como também suas principais contribuições para a formação e estruturação do PT durante os seus primeiros anos. Além disso, será possível também comparar a posição da Democracia Socialista com as demais propostas em discussão dentro da legenda durante a década de 1980 – especialmente com as correntes trotskistas, com quem a DS tinha divergências anteriores à própria militância no PT.

A Democracia Socialista foi criada no final de 1979 a partir da unificação de grupos regionais que atuavam no movimento estudantil com antigos militantes de esquerda. Sua fundação aconteceu dentro do contexto mais geral de abertura política e reforma partidária, no qual as diversas forças políticas buscaram posicionar-se diante das propostas em debate – como a de criação do PT, por exemplo. Afora alguns laços políticos firmados ainda nos anos 1960, os contatos estabelecidos entre os fundadores da DS ocorreram, sobretudo, nos trabalhos realizados no movimento estudantil e, mais à frente, na edição do jornal *Em Tempo*, criado em 1977 por organizações de esquerda das mais diversas origens e matrizes teóricas.

Em linhas gerais, podemos afirmar que a participação da Democracia Socialista no processo de organização e estruturação do PT ocorreu em duas fases. A primeira,

¹ Este trabalho tem como base a dissertação *A trajetória da Democracia Socialista: da fundação ao PT*, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos em março de 2007. A pesquisa foi realizada sob orientação do professor Dr. Marco Antonio Villa e contou com o apoio financeiro da CAPES.

² Ao longo do texto, utilizarei os termos *tendência* e *corrente* para me referir à *subunidade partidária*, entendida como a unidade imediatamente abaixo do partido tomado também como uma unidade. Minha opção deve-se simplesmente ao fato de que esses termos são utilizados com bastante frequência tanto nas entrevistas realizadas para a pesquisa na qual se baseia este trabalho como nos documentos produzidos pela DS e pelo PT. Por outro lado, seu emprego não significa reconhecer – pelo menos no caso da Democracia Socialista – uma fluidez programática ou mesmo organizativa, como defende Sartori. Para mais detalhes sobre a questão terminológica em torno das subunidades partidárias, ver SARTORI, Giovanni. *Partidos e sistemas partidários*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; Brasília: Editora da UnB, 1982, pp.93-97.

entre os anos de 1979 e 1980, correspondeu ao período que vai da formação do chamado *Movimento pró-PT* ao congresso de fundação do partido. Nessa fase, o apoio da DS limitou-se basicamente ao processo de organização da legenda, no que o controle sobre o *Em Tempo* foi fundamental para divulgar nacionalmente a proposta petista bem como as suas principais lideranças. Já a segunda fase, que cobriu praticamente todo o restante da década de 1980, consistiu no período de estruturação do partido, interna e externamente. A participação da Democracia Socialista, nessa fase, concentrou-se na defesa de idéias fundamentadas no trotskismo – orientação teórica do grupo – e no debate interno com as demais subunidades partidárias a respeito da linha política do PT, do caráter que o partido deveria assumir e do seu papel na conjuntura da época.

A fundação da Democracia Socialista e o apoio do *Em Tempo* ao PT

Na medida em que o *Movimento pró-PT*, lançado oficialmente em 1979, foi ganhando mais organicidade, vários jornais da imprensa alternativa passaram a apoiar a criação do novo partido. Grande parte deles pertencia a grupos políticos de esquerda ou simplesmente contava com a colaboração dos seus militantes, que buscavam novas formas de fazer oposição à ditadura militar. Para muitas dessas organizações, a opção pelos jornais alternativos foi o desdobramento de um processo mais amplo de redefinição política após o fracasso da luta armada, da qual haviam participado. Em meados dos anos 1970 em diante, praticamente todos os grupos da esquerda revolucionária se articularam com o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e os trotskistas – ambos, críticos das ações armadas desde a primeira hora – para formar um campo de luta pelas liberdades democráticas³.

Entre os que apoiaram o Movimento pró-PT, um dos que teve maior receptividade no meio sindical, onde surgira a idéia de formação do partido, foi o *ABCD Jornal*, criado em 1975 por alguns jornalistas de esquerda. Publicado esporadicamente nos seus primeiros anos, depois de 1978, o jornal contou com o apoio do Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP), do Ala Vermelha e da Convergência Socialista, passando a circular com mais regularidade. Desde o lançamento do Movimento pró-PT, o *ABCD Jornal* apoiou a criação da nova legenda, defendendo a proposta dos que a

³ ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. A luta democrática contra o regime militar na década de 1970. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.) *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004, pp.161-175.

acusavam de ser *obreirista* e de fragmentar a oposição à ditadura⁴. Além disso, no final dos anos 1970, com a cobertura que deu ao dia-a-dia das greves, o jornal acabou conquistando a simpatia de muitos líderes sindicais, que freqüentemente eram entrevistados pela sua equipe jornalística. A Convergência Socialista, por sua vez, também participou da publicação de outro jornal alternativo, o *Versus*, rebatizado, no início de 1979, quando passou definitivamente para o controle da organização, de *Convergência Socialista*. O PT contou ainda com o apoio de outros jornais, como o *Companheiro*, do qual também participava o MEP; *O Trabalho*, editado pela Organização Socialista Internacionalista (OSI); além de publicações regionais ligadas a grupos políticos menores ou a movimentos estudantis⁵.

Pelo menos até meados dos anos 1980, as publicações dos grupos de esquerda favoráveis à criação do PT tiveram um papel muito importante na divulgação do partido, na sua comunicação interna e na discussão de questões nacionais e internacionais. Os jornais alternativos, nesse caso, apenas preencheram um espaço deixado pelo próprio PT, que até 1985 teve uma imprensa bastante irregular⁶. O primeiro jornal do partido, por exemplo, só foi publicado dois anos após a sua fundação, entre março e novembro de 1982 – período correspondente à campanha eleitoral. Em 1983, a publicação foi substituída por um boletim, que assim como o jornal ficou restrito aos assuntos internos e às notícias dos movimentos sociais. Somente a partir de 1985, com o início do governo José Sarney e dos debates sobre a Assembléia Nacional Constituinte, é que o PT conseguiu manter uma imprensa regular, editando um novo jornal, de circulação nacional e com formato tablóide, semelhante aos da esquerda organizada do partido e reservado à discussão de questões externas à legenda.

No conjunto dos jornais alternativos que apoiaram a proposta petista, um dos que mais se destacou, pela sua ampla circulação, vendagem e cobertura dos principais acontecimentos do meio político e sindical foi o *Em Tempo*. O jornal fora criado a partir de um racha, em abril de 1977, na equipe do *Movimento*, uma outra publicação da época, que tinha sido controlada pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), de

⁴ KECK, Margaret. *PT – A lógica da diferença*: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira. São Paulo: Ática, 1991. Sobre o caráter *obreirista* da proposta, os críticos se referiam à base social limitada do partido, quase toda composta por sindicalistas.

⁵ LEAL, Murilo; KAREPOVS, Dainis. Os trotskismos no Brasil (1966-2000). In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.) *História do marxismo no Brasil*, vol.6. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007, pp.153-237 e BERBEL, Márcia Regina. *Partido dos Trabalhadores: tradição e ruptura na esquerda brasileira (1978-1980)*. São Paulo: USP, 1991. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo.

⁶ KECK, *op. cit.*

quem os seus participantes divergiam politicamente. A divisão dentro do *Movimento* esteve ligada à discordância dos seus grupos mais à esquerda quanto à criação de uma frente democrática, defendida pelo PCdoB mas vista pela maioria dos dissidentes como “hegemonizada por correntes liberais-burguesas”⁷. No dia seguinte ao racha, o *grupo histórico* que saiu do *Movimento* – formado por jornalistas, intelectuais de esquerda, ex-militantes da Ação Popular-Marxista Leninista (AP-ML), dois membros do antigo Comando de Libertação Nacional (COLINA) e militantes de um pequeno agrupamento político chamado *Subfrente* – reuniu-se para discutir a formação de um novo jornal que pudesse, além de se contrapor à orientação do *Movimento*, “subsidiar a organização dos trabalhadores”⁸. Nas semanas seguintes, juntaram-se aos dissidentes antigos colaboradores deste e de outros jornais alternativos, além de novos grupos políticos que haviam surgido na época – a maior parte deles trotskistas –, num processo de reaglutinação das forças de esquerda.

O grupo *Debate*, por exemplo, formado por ex-participantes do *Movimento*, havia saído do jornal antes mesmo do racha de abril, também por discordar da linha política defendida pelo PCdoB. Ao se aproximar dos articuladores do *Em Tempo*, atraiu para as discussões sobre o novo jornal ex-militantes da Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (ORM-POLOP), que trouxeram consigo antigos membros do Partido Operário Comunista (POC). A *Libelu*, corrente estudantil da OSI, aderiu marginalmente ao jornal, com a participação de apenas dois dos seus militantes. O MEP, por sua vez, mesmo rejeitando o trotskismo, orientação da maioria dos grupos políticos que se aproximou do *Em Tempo*, tinha afinidades com a “cultura trotskista”⁹, e por isso também aderiu aos dissidentes do *Movimento*. O MR-8 foi outro grupo que participou do novo jornal, possivelmente para tentar controlá-lo, o que acabou não ocorrendo, apesar do espaço conquistado nas sucursais do Rio de Janeiro e São Paulo. Por fim, com a volta dos exilados políticos ao Brasil, no final de 1979, aderiram ao novo jornal membros do grupo dos *autonomistas*, assim chamados por causa da concepção de que o movimento operário deveria estar desvinculado de partidos políticos.

Entre os trotskistas, o primeiro grupo a participar das articulações do *Em Tempo* foi o *Centelha*, então controlador da sucursal do *Movimento* em Belo Horizonte, que aderiu “maciçamente ao racha”. O *Centelha* era uma corrente estudantil que havia sido

⁷ KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2003, p.162.

⁸ *Ibidem*, p.167.

⁹ *Ibidem*, p.404.

lançada em 1977 por um grupo mineiro chamado apenas de *O.* (abreviatura de *Organização*), por conta da sua concepção de trabalho clandestino. A organização fora criada no início daquela década por estudantes das Universidades Federais de Juiz de Fora e Minas Gerais e da Pontifícia Universidade Católica mineira. A *O.*, que em 1973 contava com apoios também na Oposição Sindical Metalúrgica de Belo Horizonte, era contrária à atuação do PCdoB e da AP-ML no movimento estudantil e crítica da experiência armada, o que levou o grupo a se engajar no projeto do *Em Tempo*. De um lado, as divergências com o Partido Comunista do Brasil permitiram uma aproximação com as outras organizações que participavam do *Movimento*. De outro, a reorientação política de vários grupos de esquerda que haviam aderido às ações armadas também contribuiu para reforçar essa aproximação. Os militantes do Centelha, maioria na *O.*, além de representarem o *Movimento* na capital mineira, também controlavam o jornal *De Fato*, numa estratégia semelhante a de outros grupos que se contrapunham à hegemonia do PCdoB naquele jornal, ou seja, participar de publicações regionais para divulgar suas posições políticas ao mesmo tempo em que atuavam na imprensa alternativa nacional. Com as articulações para criação do novo jornal, quase metade da direção do grupo mineiro transferiu-se para São Paulo, onde ele seria publicado, para “fazer o *Em Tempo*”¹⁰, enquanto outros militantes permaneceram em Belo Horizonte para atuarem como representantes da frente jornalística.

Do Rio Grande do Sul veio o outro grupo trotskista que participou da criação do *Em Tempo*. Formado por cerca de 15 militantes, o grupo, que também não tinha nome – assim como o de Minas Gerais chamava-se apenas *O.* –, incluía ex-integrantes do POC que haviam sobrevivido à repressão da ditadura e estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). No final dos anos 1960, alguns militantes universitários do POC, criado a partir da união de ex-militantes da ORM-POLOP com dissidentes gaúchos do PCB, animaram uma corrente estudantil chamada *Movimento Universidade Crítica*, “que deixara bases na UFRGS”¹¹. O grupo gaúcho, então, retomou parcialmente essa tendência e, junto com alguns universitários, criou, em 1973, a *Nova Proposta*, sua corrente estudantil. Os militantes do POC, já fora da Universidade, e os estudantes que aderiram à Nova Proposta eram críticos da linha política – influenciada pelo PCdoB, Libelu e AP-ML – predominante em alguns centros acadêmicos e no

¹⁰ Entrevista de Joaquim Soriano ao autor, 09 de maio de 2006.

¹¹ Entrevista de Raul Pont ao autor, 16 de maio de 2006.

Diretório Central dos Estudantes da UFRGS e divergiam dessas organizações sobre a condução das lutas táticas contra o regime militar.

Enquanto mantinha o trabalho na UFRGS e, de forma pública e legal, no Movimento Democrático Brasileiro (MDB)¹², o grupo gaúcho conservou um núcleo de militantes mais comprometidos politicamente e preocupados com a formação de uma organização revolucionária, apesar das alianças estabelecidas no movimento estudantil e no partido de oposição. O grupo tinha como base teórica o trotskismo – conhecido por boa parte dos seus integrantes desde os tempos de militância no POC – e, em especial, as posições do Secretariado Unificado, corrente da IV Internacional dirigida pelo economista Ernest Mandel¹³. Na segunda metade dos anos 1970, os militantes do POC-Combate¹⁴, exilados na França desde o início daquela década, aproximaram-se organicamente da *Ligue Communiste Révolutionnaire*, a então seção francesa do SU, estabelecendo um vínculo ainda mais estreito com o trotskismo e, por extensão, com o grupo gaúcho, com quem os militantes que estavam na Europa tinham contatos desde o final dos anos 1960, quando haviam atuado juntos no antigo POC¹⁵.

A Nova Proposta foi organizada na mesma época em que, no movimento estudantil mineiro, era criada a O. Em 1977, quando o grupo de Minas Gerais lançou o Centelha, naturalmente, os militantes gaúchos e mineiros acabaram se conhecendo nos encontros estudantis realizados na época. Naquele mesmo ano, a Nova Proposta passou por um processo de divisão, no que pesaram as divergências internas com relação às formas de enfrentamento do regime militar e ao conteúdo ideológico a ser dado à luta pela redemocratização. Dessa divisão surgiram dois novos grupos: o *Manifesto*, que defendia o apoio ao MDB e a permanência na frente ampla das oposições mesmo depois da reforma partidária, e a *Peleia*, a favor da utilização da estrutura emedebista para a construção de um partido socialista. Além dos contatos estabelecidos pelos estudantes de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul através do movimento estudantil, os grupos

¹² A partir de 1973, os militantes da Nova Proposta decidiram participar do Setor Jovem do MDB gaúcho, com o objetivo de ter uma expressão pública e legal para sua atuação. No final da década de 1970, apoiada por outras forças políticas, a Nova Proposta criou uma corrente dentro da legenda, chamada *Tendência Socialista*. Em linhas gerais, a corrente buscava “aglutinar os socialistas dentro e fora do MDB” na tentativa de viabilizar a construção de um “movimento ou corrente socialista” de caráter nacional que pudesse contribuir para a criação de um partido socialista (PONT, Raul. *Da crítica ao populismo à construção do PT*. Porto Alegre: Seriema, s.d., p.67).

¹³ Em 1984, a DS foi reconhecida pelo Secretariado Unificado da IV Internacional como sendo a sua representante no Brasil, apesar da estreita relação mantida antes mesmo dessa data.

¹⁴ Em 1971, com a repressão da ditadura militar, o POC praticamente desapareceu. Parte dos seus militantes, já no exílio, reorganizaram o partido sob a sigla POC-Combate.

¹⁵ Entrevista de Raul Pont ao autor, 16 de maio de 2006.

mineiro e gaúcho – que se engajou na Peleia após a divisão da Nova Proposta – aproximaram-se também por intermédio de alguns dos seus militantes que se conheciam desde meados dos anos 1970, quando haviam estudado juntos na Universidade Estadual de Campinas.

Portanto, além da afinidade teórica comum que os dois grupos tinham com o trotskismo, foi a partir desses contatos que o Centelha convidou os integrantes da Peleia para participarem da construção do *Em Tempo*. Uma parte dos militantes gaúchos permaneceu no Rio Grande do Sul, atuando como representantes do novo jornal, enquanto outros se deslocaram para São Paulo, onde começaram a trabalhar no *Em Tempo*, junto com alguns dirigentes do grupo mineiro que já haviam se transferido de Minas Gerais para a capital paulista.

Rapidamente, os trotskistas assumiram o controle do jornal, o que lhes permitiu, então, definir a linha editorial do *Em Tempo* e se salvaguardar, com base nas regras internas, de qualquer tentativa de *aparelhamento* por parte das outras organizações políticas que trabalhavam no *Em Tempo*. Com isso, as divisões internas e a saída de grupos que apoiavam o projeto do novo jornal não demorou a acontecer. Como frente jornalística, o *Em Tempo* abrigou militantes de várias organizações de esquerda com concepções teóricas, estratégicas e táticas diferentes entre si, e que, no final dos anos 1970, divergiam na avaliação da conjuntura política, especialmente quanto à participação no MDB e às formas de combate à ditadura. A disputa pelo controle do jornal serviu apenas para acentuar as divisões que já eram naturais num projeto tão amplo como o *Em Tempo*. Logo de início, o grupo mineiro, o MEP e os antigos militantes da ORM-POLOP trazidos pelo grupo Debate tentaram aparelhar o jornal, o que acabou afastando, já nos primeiros meses, um dos participantes do grupo histórico do *Movimento*, que “pressentiu a *partidarização* das discussões”¹⁶. Ao mesmo tempo, com a chegada do grupo gaúcho e o predomínio trotskista sobre o *Em Tempo*, algumas organizações que desde o início participavam das discussões sobre o novo jornal sentiram-se marginalizadas, como o MR-8 e o próprio Debate. A partir de 1978, com o lançamento da proposta de criação da *Frente Nacional de Redemocratização* (FNR)¹⁷, as articulações para a criação do PT e a vitória do MDB nas eleições daquele ano, as divisões no *Em Tempo* se polarizaram ainda

¹⁶ KUCINSKI, *op. cit.*, p.406 (grifo do texto).

¹⁷ A FNR, criada em 1978, reuniu forças políticas de oposição que apoiavam a candidatura do general Euler Bentes Monteiro à sucessão do presidente Ernesto Geisel.

mais, por conta da avaliação dos grupos que continuavam no jornal sobre o impacto desses acontecimentos na conjuntura política da época.

Em agosto de 1978, antes mesmo de o jornal completar um ano, as organizações políticas que participavam do *Em Tempo* aprovaram um novo programa para o jornal, que substituiu o primeiro, em vigor desde outubro de 1977. Nas discussões sobre o documento, os grupos que defendiam a FNR quiseram oficializar, na linha editorial do *Em Tempo*, o apoio do jornal à frente política de combate à ditadura. De outro lado, os grupos trotskistas de Minas Gerais e do Rio Grande Sul, que participavam das articulações para a criação de um partido à esquerda do MDB, disputaram com o restante do jornal o apoio do *Em Tempo* à formação de um partido socialista, que àquela altura ainda não se vinculava à proposta petista. Somente com a ampliação do Movimento pró-PT e o domínio cada vez maior dos trotskistas sobre o jornal é que o *Em Tempo* passou a defender, explicitamente, a organização do Partido dos Trabalhadores.

No início de 1979, tanto o MR-8 quanto a AP-ML já consideravam difícil a “co-existência com os trotskistas de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul”¹⁸ na frente jornalística. Discordando da linha política adotada pelo *Em Tempo* e com críticas à posição dos grupos mineiro e gaúcho quanto à FNR e ao PT, os militantes do MR-8 e da AP-ML se desligaram do jornal, em março daquele mesmo ano. Assim, o restante do *Em Tempo* passou a ser formado basicamente por aqueles dois grupos, excetuando-se os autonomistas, que também apoiavam a criação do Partido dos Trabalhadores, e alguns militantes próximos ao trotskismo, como os ex-integrantes do POC e do COLINA – as duas organizações surgiram a partir da ORM-POLOP, que ainda nos anos 1960 se aproximara das formulações de Trotsky em razão das críticas ao stalinismo.

Mesmo defendendo a criação do PT, os autonomistas tinham uma interpretação oposta a dos trotskistas sobre a relação entre os movimentos sociais e o novo partido¹⁹. Gradualmente marginalizados dentro do *Em Tempo*, os autonomistas decidiram afastar-se do jornal em dezembro de 1980, depois que um artigo de Marco Aurélio Garcia, membro do grupo, foi vetado por Flávio Andrade, editor-chefe e um dos líderes da organização mineira que participara da criação do *Em Tempo*. Na época, os

¹⁸ KUCINSKI, *op. cit.*, p.424.

¹⁹ O grupo dos autonomistas “entendia a construção de uma relação com os movimentos sociais que mantivesse essa autonomia dos movimentos e sua capacidade [...] de pressão política não atrelada nem instrumentalizada por partido, como normalmente acontece” (Entrevista de Silvio Caccia-Bava ao autor, 19 de maio de 2006).

autonomistas enviaram uma carta-renúncia onde apontavam as divergências com os trotskistas em relação ao programa aprovado em agosto de 1978, criticavam o funcionamento interno do *Em Tempo* e afirmavam haver um processo de “estreitamento e sectarização política de sua linha editorial”²⁰.

De todo modo, a partir de março de 1979, quando o MR-8 e a AP-ML saíram do jornal, o *Em Tempo* esteve engajado oficialmente na organização do PT, tal como os trotskistas queriam. Apesar de publicar algumas matérias sobre o Partido dos Trabalhadores desde 1978, foi somente a partir daquele ano, com a permanência no jornal dos grupos que apoiavam a criação do novo partido e com o crescimento das articulações para a formação do PT, é que o *Em Tempo* passou a acompanhar, passo-a-passo, o processo que levaria ao seu congresso de fundação, em fevereiro de 1980. Além de publicar entrevistas com os principais líderes sindicais envolvidos na criação do partido, onde eram discutidos temas como a definição ideológica e o conteúdo programático da nova legenda e sua relação com o MDB e as outras propostas partidárias em jogo, o jornal também acompanhava as principais reuniões para a discussão do projeto assim como os encontros realizados a partir de meados de 1979 entre sindicalistas, intelectuais, políticos e líderes de movimentos sociais para debater a proposta. Ao mesmo tempo, os documentos aprovados nessas reuniões também eram reproduzidos pelo jornal, ajudando a divulgar ainda mais o Movimento pró-PT.

Ao longo de todo aquele ano, o *Em Tempo* também publicou vários artigos e opiniões de intelectuais, sindicalistas e políticos que buscavam contribuir para o debate sobre a formação do PT. O apoio do jornal à criação do novo partido tornou-se tão explícita, especialmente após a saída do MR-8 e da AP-ML, que os grupos que permaneceram no *Em Tempo* chegaram a publicar uma nota, em outubro de 1979, pedindo “a todos os núcleos do país que façam chegar até nossa redação o máximo de informações possíveis sobre o andamento das articulações do movimento [pró-PT]”, pois o jornal teria “o maior interesse em dar divulgação sobre tudo que diga respeito ao andamento do movimento”²¹. A partir daquele mesmo número, o *Em Tempo* criou uma seção especial, chamada *Notícias do PT*, onde eram divulgadas as principais informações sobre o movimento pela criação do Partido dos Trabalhadores. Por tudo isso, o *Em Tempo* consolidou-se entre os jornais alternativos da época como uma das principais publicações a apoiar a organização do partido. Pelo fato de ter uma circulação

²⁰ *Em Tempo*, ano IV, n.º.120, dezembro de 1980 a janeiro de 1981, p.31.

²¹ *Em Tempo*, ano II, n.º.87, 25 a 31 de outubro de 1979, p.5

bem mais ampla que os demais, sendo vendido até mesmo em bancas – ao contrário de outras publicações alternativas, que circulavam no âmbito restrito das suas organizações –, o *Em Tempo* ajudou a divulgar nacionalmente a proposta petista e as articulações para a criação da nova legenda.

Ainda no primeiro semestre de 1979, a Tendência Socialista, onde o grupo gaúcho que participava do *Em Tempo* tinha certo controle político²², decidiu sair em bloco do MDB e engajar-se no movimento pela formação da nova legenda. A avaliação era a de que, naquela conjuntura, cabia aos socialistas “apostar e assumir concretamente a organização do PT”, caracterizado, na época, como “um projeto em construção”²³ marcado pela heterogeneidade ideológica, pelo espontaneísmo do seu lançamento e pela origem estritamente sindical. A decisão de abandonar o MDB para trabalhar na construção do Partido dos Trabalhadores baseou-se na expectativa que os militantes da Tendência Socialista tinham sobre a nova legenda: a de que ela pudesse desempenhar um papel fundamental na organização independente dos trabalhadores. Em primeiro lugar, “o projeto frentista de massas”, como a Tendência Socialista classificava o PT, dava ao “proletariado brasileiro [...] uma oportunidade ímpar para sua experiência política autônoma e independente”²⁴. Além disso, com seu caráter frentista, o PT também poderia abrigar no seu interior os diversos agrupamentos de esquerda que existiam na época, isolados individualmente em seus trabalhos políticos.

Nesse contexto é que a Tendência Socialista se propôs, entre outras coisas, a contactar organizações regionais que tivessem o “mesmo tipo de interpretação do Movimento pró-PT” para articular, nacionalmente, uma atuação conjunta que pudesse contribuir para o próprio desenvolvimento da proposta petista. A saída do MDB e o engajamento nas articulações para a criação do PT não significaram, por sua vez, o fim da Tendência Socialista sob o ponto de vista orgânico. Na época em que optaram por apoiar o novo partido, seus militantes avaliaram também que havia, no Movimento pró-PT, a necessidade de se aprofundar algumas questões, o que os levou à conclusão de que a Tendência precisava ser mantida como “um instrumento de ampliação e aglutinação maior de seus membros em torno de [um] projeto político estrategicamente

²² Entrevista de Joaquim Soriano ao autor, 18 de julho de 2006. Além do grupo gaúcho, também participavam da Tendência Socialista, ainda que em número bastante reduzido, militantes do MEP que atuavam no Rio Grande do Sul. Em 1979, quando a Tendência decidiu apoiar a criação do Partido dos Trabalhadores, alguns dos seus integrantes optaram por permanecer no MDB.

²³ PONT, *op. cit.*, p.69.

²⁴ *Ibidem*, p.70.

mais definido que precisará responder às insuficientes definições que, a longo prazo, certamente, o PT apresentará”²⁵.

Nesse processo de articulação nacional entre os grupos regionais que tinham a mesma interpretação sobre o novo partido, o *Em Tempo* desempenhou um papel fundamental. Como vimos antes, depois de março de 1979, permaneceram no jornal, além dos grupos gaúcho e mineiro, apenas os autonomistas e alguns ex-militantes do COLINA e do POC. A saída, naquele mês, das organizações que discordavam da linha política adotada pelo jornal não diminuiu as divergências dentro do *Em Tempo* a respeito do desenvolvimento da proposta petista e da relação que o futuro partido deveria ter com os movimentos sociais, o que acabou motivando a renúncia dos autonomistas, no final de 1980. Conseqüentemente, os grupos que permaneceram no jornal passaram a discutir uma possível unificação entre eles através de uma organização que pudesse articulá-los nacionalmente. Nessa discussão, que se aprofundou no segundo semestre de 1979, pesaram bastante as afinidades teóricas com o trotskismo, a avaliação que esses grupos faziam da conjuntura política da época e a proximidade que o *Em Tempo* lhes havia proporcionado – sem considerar os laços pessoais entre seus membros e os contatos anteriores estabelecidos ainda movimento estudantil.

Os documentos elaborados a partir de meados daquele ano, com o objetivo de aprofundar o processo de unificação, foram debatidos “no âmbito restrito”²⁶ dos grupos de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul e também entre os militantes que estavam em São Paulo. No caso do POC, apenas uma parte da organização – a que defendera, nas eleições de 1978, o apoio ao MDB – participou das discussões com os demais grupos do *Em Tempo*. Esses documentos avaliavam a conjuntura política da época, traçavam a perspectiva dos grupos envolvidos nos debates e definiam um plano de ação para intervir no meio sindical e no Movimento pró-PT, particularmente²⁷. As reuniões para a discussão dos documentos eram sempre realizadas em São Paulo, onde, além dos militantes do POC e do COLINA, estava grande parte do grupo mineiro, que se transferira de Minas Gerais para trabalhar no *Em Tempo*.

Depois de alguns meses debatendo esses documentos, os grupos do *Em Tempo* realizaram, em dezembro de 1979, o congresso que definiu o processo de unificação

²⁵ *Ibidem*, p.72.

²⁶ Entrevista com Joaquim Soriano ao autor, 18 de julho de 2006.

²⁷ A apresentação detalhada desses documentos pode ser encontrada em ANGELO, Vitor Amorim de. *A trajetória da Democracia Socialista: da fundação ao PT*. São Carlos: UFSCar, 2007. Mestrado (Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, pp.53-69.

iniciado em meados daquele ano. Utilizando nomes frios, ainda pela concepção de trabalho clandestino, cerca de 150 pessoas – a maioria do grupo mineiro – discutiram os últimos detalhes sobre a nova organização. O encontro também contou com a presença de um representante português e outro colombiano enviados pelo Secretariado Unificado da IV Internacional²⁸. Ao final do congresso, foi eleito um Comitê Central da nova organização, batizada de Democracia Socialista, formado pelos principais líderes dos grupos gaúcho e mineiro e por um representante do POC. A criação da DS, naquele ano, ao mesmo tempo em que encerrou a fase de militância regional dos grupos que a formaram, trouxe para o Brasil as posições da corrente mandelista da IV Internacional, que fundamentariam a visão da Democracia Socialista sobre o país e sua relação com o PT ao longo dos anos seguintes.

A participação da DS na estruturação do partido

Com exceção do PCB, PCdoB e MR-8, no início de 1980, quase todas as outras organizações da esquerda brasileira participavam das articulações para a criação do Partido dos Trabalhadores. Entre elas, porém, havia diferenças quanto ao caráter atribuído ao PT e ao papel que ele poderia desempenhar a curto, médio e longo prazo. O posicionamento assumido por essas organizações diante do partido variou bastante conforme a avaliação de cada uma sobre os rumos do movimento que dera origem ao PT e a conjuntura da época, que abria diferentes possibilidades de intervenção política. A vinculação teórica desses grupos, cujos esquemas interpretativos levavam a posições divergentes, só acentuou as diferenças em torno do caráter do partido e do papel a ser desempenhado por ele. Ao mesmo tempo, a ditadura militar colocava na ordem do dia uma profunda discussão sobre as tarefas táticas, de curto prazo, e sua eficácia para a derrubada do regime instalado em 1964.

Entre os trotskistas, a perspectiva revolucionária favoreceu uma interpretação muito particular do processo de construção do PT. De uma forma geral, tanto a DS quanto a Convergência Socialista e a OSI defendiam um partido classista, com um programa socialista e que fosse canal de expressão política para todos os setores explorados pelo capitalismo. Ao mesmo tempo, pressionavam o partido para que ele adotasse a palavra de ordem em favor do governo dos trabalhadores e se posicionasse

²⁸ LEAL e KAREPOVS, *op. cit.*

pela defesa de uma Assembléia Constituinte livre, soberana e democrática. As três organizações consideravam o PT como um partido – negando o seu possível caráter frentista – inserido num processo de construção que poderia transformá-lo num partido revolucionário. Nesse processo, os trotskistas se colocavam como pólo revolucionário dentro do PT, cuja função seria a de buscar a hegemonia no interior do partido, alcançando sua direção, para inscrevê-lo, ainda que a longo prazo, numa perspectiva revolucionária²⁹.

A transformação, a longo prazo, do PT num partido revolucionário deu margem a interpretações diferentes entre os trotskistas sobre os rumos desse processo. Em meados de 1980, por exemplo, a Convergência Socialista já considerava ter havido desvios na construção do PT em relação à sua proposta original, especialmente no que dizia respeito à concepção de partido expressa no seu Programa, que definia o PT como sendo de “massa, amplo e aberto, baseado nos trabalhadores da cidade e do campo”³⁰. A DS, ao contrário, negava a existência de desvios na proposta petista e atribuía as mudanças programáticas ao processo natural de construção do partido revolucionário, como afirmara num documento publicado no ano seguinte. “O caminho para a construção do PT, para que ele assimile o programa revolucionário, será sem dúvida não apenas longo, mas tortuoso”³¹. Ao mesmo tempo, a Democracia Socialista também criticava as organizações que, assim como a Convergência, concluíam “prematuramente que o PT se degenerou”, afirmando que “a regra básica a adotar é uma extrema prudência nesta caracterização”. Ao longo dos anos 1980, essas diferenças pautariam a relação dos trotskistas com o partido, que assumiriam ou uma posição radical, como no caso da OSI e da Convergência, ou de aproximação com outros setores do PT, como ocorreu com a Democracia Socialista.

Apesar dos pontos de vista em comuns com a OSI e a Convergência quanto ao caráter do PT e ao papel que ele poderia desempenhar, publicamente, a DS sempre buscou se diferenciar dessas organizações. “Não consideramos que temos nenhuma proximidade especial com estas organizações, apesar de muitas referências programáticas

²⁹ LEAL, Murilo; KAREPOVS, Dainis. Os trotskismos no Brasil (1966-2000). In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.) *História do marxismo no Brasil*, vol.6. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007, pp.153-237.

³⁰ PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Programa*, 1980, mimeo.

³¹ DEMOCRACIA SOCIALISTA. *Cadernos Em Tempo: o PT e o partido revolucionário no Brasil*, nº.1, setembro de 1981. São Paulo, 1981, p.29.

formais comuns”³². Internacionalmente, a Democracia Socialista divergia das correntes da IV Internacional representadas no Brasil pela OSI e pela Convergência, especialmente na caracterização das revoluções cubana e nicaragüense. Já dentro do partido, a DS acusava a OSI de combinar “traços de oportunismo, como o combate a todas as organizações de esquerda que participam do PT, com posições sectárias” e a Convergência de se definir pela construção do Partido dos Trabalhadores priorizando “uma ‘atuação em faixa própria’”. De todo modo, apesar das divergências públicas entre a Democracia Socialista, de um lado, e a OSI e a Convergência, de outro, as diferenças entre os trotskistas brasileiros pareceram estar ligadas muito mais à vinculação internacional de cada grupo e ao modo como se relacionavam com o PT do que propriamente a uma visão particular sobre o caráter do partido e o papel a ser desempenhado por ele³³.

No início de 1980, a Democracia Socialista concebia o PT como um partido operário de massas que poderia adotar um programa revolucionário, transformando-se assim no partido que conduziria os trabalhadores na revolução socialista. A interpretação da DS, portanto, era a de que o PT ainda era um partido em construção e cujos rumos seriam disputados pelos vários setores que o apoiavam. Nesse processo, o “problema chave”, assinalava, “é o de saber trabalhar dentro do PT, saber que política defender no PT, saber como contribuir para o seu avanço”³⁴. Por não acreditar que o país estava numa conjuntura revolucionária na época, a DS não defendia a adoção, de imediato, de um programa revolucionário por parte do PT, como fazia a Convergência, por exemplo. Ao mesmo tempo, afirmava que “não é incorreto lutar para que [o partido] assuma certos elementos deste programa”. Entre eles, um dos mais importantes eram as *reivindicações transitórias* – proposta de inspiração claramente trotskista.

Segundo a Democracia Socialista, essas reivindicações seriam fundamentais para “conduzir as massas na direção do socialismo, para ajudá-las a compreender que o socialismo é necessário”. Isso porque, com a crise da econômica brasileira, que se estenderia por toda a década de 1980, em tese, não havia meios para atender às demandas dos trabalhadores. A assimilação do socialismo como único sistema capaz de

³² DEMOCRACIA SOCIALISTA. *O que é a Democracia Socialista*: as posições políticas da Organização Revolucionária Marxista-Democracia Socialista. São Paulo, s.d., p.28 (grifo do texto).

³³ Na mesma época, dentro do PT, também existia um pequeno grupo trotskista, dissidência da OSI, chamado Organização Quarta Internacional, que editava o jornal *Causa Operária*, nome pelo qual o grupo passou a ser conhecido. Na avaliação da DS, a OQI “aprofundou todos os traços sectários que ‘O Trabalho’ [jornal pertencente à OSI] tinha” (*Idem*).

³⁴ DEMOCRACIA SOCIALISTA. *Cadernos Em Tempo*: o PT e o partido revolucionário no Brasil, nº.1, setembro de 1981. São Paulo, 1981, p.7.

incorporar o conjunto da classe trabalhadora, portanto, seria facilitada pela pressão do partido para que as reivindicações transitórias fossem atendidas. A derrubada da ditadura, nesse caso, deveria ser articulada com a implantação do socialismo, num caminho em que o partido revolucionário desempenharia um papel fundamental. Por isso a determinação da DS em trabalhar no interior do PT para que ele efetivamente assumisse como tarefa tática o combate ao regime militar e tivesse como objetivo estratégico a construção de uma sociedade socialista. Na época, a DS acreditava que o partido deveria manter o seu caráter de massas e classista enquanto o programa revolucionário fosse incorporado e desenvolvido por uma organização que deveria atuar dentro do PT, a fim de que ele o assumisse posteriormente³⁵.

Até meados de 1981, quando o partido iniciou o debate interno sobre a disputa eleitoral do ano seguinte, a participação da Democracia Socialista no processo de estruturação do PT orientou-se principalmente pela discussão dos documentos que deveriam ser aprovados pelo partido – uma exigência legal para que ele pudesse solicitar seu registro provisório – como também pela escolha dos seus primeiros dirigentes. Nos debates envolvendo a elaboração desses documentos, especialmente o Manifesto e o Programa petistas, a DS sempre assumiu uma posição favorável à construção do PT como um partido de massas e classista que defendesse a formação de um governo dos trabalhadores e cuja estrutura interna fosse pautada pela democracia, de modo que a base, constituída pelos núcleos, tivesse controle sobre as demais instâncias partidárias. A DS também defendia a idéia de que PT deveria ser um partido fundamentalmente extra-parlamentar que enfatizasse muito mais o trabalho de organização dos trabalhadores do que as atividades político-institucionais, que, por sua vez, deveriam ser utilizadas para fins estritamente revolucionários, de denúncias contra o regime.

Além dessas propostas, por diversas vezes a DS manifestou-se favoravelmente à convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte. Partindo da avaliação de que a ditadura estava enfraquecida diante do ascenso dos movimentos sociais, dos resultados da reforma partidária e da crise econômica, a Democracia Socialista acreditava que a Constituinte poderia ser uma alternativa ao regime militar, servindo de espaço para a defesa dos interesses dos trabalhadores. Segundo a DS, a luta pelo fim da ditadura e a favor da Constituinte “são questões que não estão separadas e que precisam de uma resposta firme e unitária do conjunto das oposições”³⁶. O PT, nesse caso, além de ser

³⁵ Esta organização seria a própria DS.

³⁶ *Em Tempo*, ano III, nº.108, 19 de junho a 02 de julho de 1980, p.6.

um canal de expressão política, teria um papel fundamental na mobilização dos trabalhadores. Junto a essa visão estratégica do partido, a proposta da DS reforçava também seu caráter tático de combate ao regime militar.

A posição da Democracia Socialista, contudo, não era compartilhada pela maioria do partido, que temia uma Constituinte conciliadora se convocada ainda sob governo João Baptista Figueiredo. De um modo geral, no interior do PT, os críticos à proposta da DS afirmavam que a convocação da Assembléia só seria viável com a participação de setores ligados à ditadura; que a burguesia capitalizaria a luta pela Constituinte; que sem a total liberdade partidária sua realização não seria efetivamente democrática; que a proposta não mobilizaria os trabalhadores, ao contrário das suas lutas específicas e imediatas; e que os trabalhadores só poderiam lutar com proveito por uma Assembléia Constituinte quando estivessem organizados. De qualquer forma, até o início de 1985, quando o partido finalmente se posicionaria a favor da sua proposta, a Democracia Socialista inúmeras vezes suscitou o debate interno a respeito dessa questão, ressaltando que o PT poderia “se confinar ao círculo basista da pequena política”³⁷

De julho de 1981 em diante, a contribuição da DS para a estruturação do partido ocorreu em duas frentes principais. De um lado, na definição da linha política que o partido deveria adotar diante dos principais acontecimentos políticos da época, como as eleições de 1982, 1985 e 1986; a participação na campanha pelas *Diretas Já*; e o apoio à Aliança Democrática. De outro, na discussão interna sobre a democratização do partido, especialmente no que se refere à regulamentação das tendências e à ocupação dos cargos da Executiva Nacional também pelas minorias partidárias.

No caso das disputas eleitorais, apesar das particularidades de cada uma, a Democracia Socialista sempre assumiu uma posição intermediária quanto à participação do PT nas eleições e sua importância para o crescimento do próprio partido. Pelo menos no pleito de 1982, formaram-se, dentro da legenda, dois blocos bem definidos quanto ao assunto: o que defendia a participação nas eleições como forma de consolidar nacionalmente o partido e o que, ao contrário, limitava a atuação do PT exclusivamente ao processo de organização dos trabalhadores. Nesse último caso, a participação na disputa daquele ano, considerada meramente circunstancial, era colocada em segundo plano ou até mesmo menosprezada. Já a DS assumiu uma posição intermediária, defendendo a participação nas eleições de 1982 como estratégia para derrotar a ditadura,

³⁷ *Em Tempo*, ano III, nº.118, 06 a 19 de novembro de 1980, p.3.

divulgar a proposta do partido e formar uma bancada parlamentar classista, mas ressaltando, por outro lado, que as divergências internas poderiam ser nocivas para o desempenho eleitoral petista, motivo pelo qual a disputa não poderia ser colocada, na avaliação do grupo, como principal tarefa do partido.

No ano seguinte, após o fraco desempenho que tivera nas eleições de 1982, o PT participou daquela que seria uma das principais mobilizações civis da década de 1980: a campanha pelas Diretas. Inicialmente difusas, as mobilizações ganharam mais organicidade e apoio na medida em que receberam a adesão dos partidos oposicionistas, de intelectuais, artistas e entidades da sociedade civil e concentraram a pressão exercida sobre o governo na aprovação da emenda constitucional do deputado Dante de Oliveira. Se aprovada, a emenda, em tramitação no Congresso Nacional desde o início do ano, tornaria direta a eleição para o sucessor de Figueiredo, fixando também um mandato de cinco anos para o novo presidente da República³⁸.

Acreditando que o PT deveria desempenhar o papel de dirigente das lutas sociais, num claro descompasso com a postura que o partido vinha assumindo até então e com o insuficiente apoio social que ele mostrara ter nas últimas eleições, a DS ressaltou que o controle político sobre a campanha era vital para a própria mobilização, que fracassaria caso terminasse sob hegemonia de outros setores da oposição. Ao mesmo tempo, a Democracia Socialista voltou a defender algumas das suas propostas mais antigas, como a Assembléia Constituinte e o governo dos trabalhadores, observando a “necessidade de identificar esta campanha pelas eleições diretas com a negação de tudo o que a ditadura significa, da sua política econômica à restrição de liberdades de organização no plano partidário e sindical”³⁹.

Enquanto lutava pela aprovação da emenda Dante de Oliveira, que seria submetida à votação na Câmara dos Deputados no final de abril, parte do PMDB – partido que sucedera o antigo MDB – iniciou um processo de negociação política com os militares em busca de alternativas para o caso de derrota no Congresso. A DS, ao contrário, apostava na radicalização da campanha, condenando qualquer tipo de diálogo com o governo e rechaçando o que chamou de “mobilização controlada”, como faziam alguns setores da oposição que buscavam acumular certo capital político para a disputa

³⁸ RODRIGUES, Alberto Tosi. *Diretas Já: o grito preso na garganta*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

³⁹ *Em Tempo*, ano VII, n°.183, 26 de janeiro a 08 de fevereiro de 1984, p.2.

no Colégio Eleitoral⁴⁰. Segundo a DS, o PT deveria trabalhar para que no esteio da campanha pelas Diretas fossem concretizadas todas as demais “reivindicações que interessam aos trabalhadores”, como a reforma agrária e o combate ao arrocho salarial e desemprego. Na época, a Democracia Socialista também defendeu o lançamento da candidatura de Lula, presidente do partido, à Presidência da República como forma de estimular as bases partidárias a se envolverem na mobilização e demarcar o campo de atuação do PT na campanha, mantendo uma aliança tática com as demais forças de oposição e ao mesmo tempo contrapondo-se às outras possíveis candidaturas, como as de Leonel Brizola, Franco Montoro, Tancredo Neves e Ulysses Guimarães.

Com a rejeição da emenda Dante de Oliveira no Congresso Nacional, a Democracia Socialista passou a defender a ruptura definitiva com o regime militar e manifestar-se contra qualquer tipo de negociação com o governo, como defendiam setores moderados da oposição – inclusive dentro do PT. Segundo a DS, era preciso “manter a unidade ampla das forças como se verificou na primeira fase da campanha”⁴¹, combinando a pressão sobre a oposição conciliadora com o incremento das mobilizações populares, no que o PT, em sua opinião, teria um papel fundamental. De fato, após a rejeição da emenda, o partido foi o único a defender a retomada da campanha pelas Diretas, comprometendo-se, inclusive, com a realização de mobilizações e greves, no intuito de forçar a mudança constitucional – “uma decisão absolutamente isolada e que jamais logrou repercutir e concretizar-se”⁴².

Frente à derrota, a oposição decidiu aproveitar-se do capital político herdado da campanha pelas Diretas para tentar vencer o governo na disputa no Colégio Eleitoral. Em meados de 1984, com exceção do PT, todos os setores oposicionistas apoiavam a candidatura de Tancredo Neves à Presidência. Do outro lado, a crise no partido do governo motivada pela escolha do seu candidato à sucessão presidencial terminou por beneficiar decisivamente a campanha de Tancredo. No segundo semestre daquele ano, em meio a uma profunda divisão interna, Paulo Maluf – ex-governador de São Paulo – foi indicado pelo Partido Democrático Social (PDS) para a disputa pela Presidência da República. A escolha do nome de Maluf, ponto alto de um processo de divisão no PDS que se arrastava desde o início do ano, motivou a saída de uma dissidência do partido –

⁴⁰ *Em Tempo*, ano VII, 09 a 22 de fevereiro de 1984, p.3. De 1969 a 1985, os presidentes da República foram eleitos indiretamente por um colegiado de eleitores formado pelo conjunto do Congresso Nacional e por representantes das Assembléias Legislativas estaduais.

⁴¹ *Em Tempo*, ano VII, n.º.188, 03 a 16 de maio de 1984, p.3.

⁴² RODRIGUES, *op. cit.*, p.96.

a chamada *Frente Liberal* – que não apoiava a candidatura do ex-governador paulista. Esse grupo, que no início de 1985 fundaria o Partido da Frente Liberal (PFL), uniu-se ao PMDB em torno da campanha de Tancredo Neves, dando origem à *Aliança Democrática*, como ficou conhecida a aliança partidária entre os dissidentes do PDS e os peemedebistas⁴³.

Até chegar a uma posição oficial, o PT seguiu dividido com relação ao apoio à candidatura de Tancredo Neves. Aírton Soares, que na época era líder da bancada petista na Câmara dos Deputados, chegou a colocar o cargo à disposição do partido por conta das divergências com setores do PT que criticavam o apoio à candidatura única das oposições e à participação no Colégio Eleitoral – esse era o caso da Democracia Socialista, por exemplo. Em São Paulo, o partido expulsou o deputado estadual Sérgio Santos, que assumira publicamente seu apoio à candidatura peemedebista⁴⁴. No debate interno, a DS afirmou que a candidatura única “visa antes de mais nada realizar uma transição negociada com o regime militar rumo a alguma forma de dominação civil burguesa conservadora”⁴⁵. Apoiar um candidato do PMDB ou do PDT, nesse caso, seria o mesmo que considerar como necessária uma aliança com a burguesia para chegar ao socialismo, numa concepção etapista de revolução que a DS, como organização trotskista, sempre negou. Quanto ao PMDB, especificamente, a Democracia Socialista acreditava que apoiar a candidatura de Tancredo à Presidência seria o mesmo que endossar a campanha do *voto útil* de 1982, a partir da perspectiva de que somente um candidato peemedebista teria condições de reunir apoio político suficiente para vencer a disputa no Colégio Eleitoral.

Diante da formação da Aliança Democrática, a DS reafirmou a atualidade da luta pelo socialismo, observando que as limitações da plataforma elaborada pelo PMDB e pela Frente Liberal não eram consequência das dificuldades conjunturais, mas inerentes à sua própria composição, que abrigava políticos confiáveis da ditadura e que até pouco tempo faziam parte do PDS. A candidatura Tancredo, nesse sentido, expressava as limitações da burguesia nacional e sua incapacidade, segundo a DS, de transformar o sistema e a política econômica do país. A Democracia Socialista, portanto, repudiava qualquer tipo de aliança com o PMDB e a Frente Liberal e defendia a implementação de uma política de “enfrentamento do imperialismo, de reforma

⁴³ A Frente Liberal indicou José Sarney, ex-presidente do PDS e membro da dissidência, como vice na chapa de Tancredo Neves. Com a morte de Tancredo, em abril de 1985, Sarney assumiu a Presidência da República.

⁴⁴ *Em Tempo*, ano VII, nº. 194, 11 a 24 de outubro de 1984.

⁴⁵ *Em Tempo*, ano VII, nº. 190, 14 a 28 de junho de 1984, p.5.

agrária radical, de atendimento às reivindicações básicas dos trabalhadores, de participação democrática das massas”. Todas essas propostas, de acordo com a DS, só poderiam ocorrer sob um governo dos trabalhadores, motivo pelo qual a organização buscava, dentro do PT, conquistar apoio para sua proposta de criação de um bloco operário-popular e tomada do poder. “Nosso esforço estratégico vai no sentido de criar condições para que os trabalhadores assumam a liderança das lutas sociais, cheguem ao governo, e dirijam o processo de transformações sociais, de ruptura com o capitalismo e de construção do socialismo”⁴⁶.

No dia 15 de janeiro de 1985, o Colégio Eleitoral finalmente reuniu-se em Brasília, confirmando a vitória de Tancredo Neves para presidente da República, com 480 de um total de 686 votos. Maluf, candidato do PDS, teve o apoio de apenas 180 delegados, praticamente o mesmo número de votos recebido pelo candidato da Aliança Democrática entre os pedessistas⁴⁷. O PT foi o único partido a não participar da eleição do sucessor de Figueiredo, sob a alegação de que o Colégio Eleitoral era ilegítimo e que expressava a transição pactuada com o regime. A Democracia Socialista acreditava que o boicote, longe de deixar o partido numa posição de isolamento político, como diziam alguns críticos, traria benefícios para o crescimento do PT e seu fortalecimento juntos às bases. “Este *não* abre as portas para as lutas futuras do partido, para o seu crescimento, para o aprofundamento de suas vinculações com os interesses dos trabalhadores”⁴⁸, avaliou. Logo após a vitória, Tancredo teve seu estado de saúde gravemente abalado, vindo a falecer em meados de abril, sem nem ao menos ser empossado como o primeiro presidente civil depois do golpe de 1964, tarefa que coube ao vice José Sarney.

Em 1985, foram realizadas as primeiras eleições para prefeitos das capitais de estado e dos municípios considerados áreas de segurança nacional desde 1966, ano em que foi aprovado o Ato Institucional nº. 3, que deu aos governadores a prerrogativa de indicar os prefeitos desses municípios. As atenções do PT, portanto, voltaram-se quase que exclusivamente para disputa eleitoral, quando o partido buscava aprofundar sua influência nos movimentos sociais, credenciando-se como o principal partido de oposição e aumentando suas chances de vitória nas eleições de 1986, quando estariam em disputa os cargos para a Constituinte, conforme estabelecia o projeto aprovado pelo

⁴⁶ *Em Tempo*, ano VII, nº.195, 08 a 21 de novembro de 1984, p.10.

⁴⁷ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo* (1964-1985). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

⁴⁸ *Em Tempo*, ano VII, nº.196, 13 a 26 de dezembro de 1984, p.3 (grifo do texto).

Congresso Nacional⁴⁹. Bem antes, a DS já havia lançado sua proposta para a campanha petista nas eleições de 1985. Para a Democracia Socialista, a disputa municipal seria a primeira oportunidade de o partido se fortalecer como alternativa ao governo da Aliança Democrática, ainda que no âmbito municipal. De acordo com a proposta tática da DS, que originalmente fora elaborada no diretório gaúcho do Partido dos Trabalhadores, o PT deveria buscar três objetivos com a campanha daquele ano: combinar as bandeiras do partido, como a Plataforma dos 10 pontos⁵⁰ e a defesa da Constituinte, com as demandas dos trabalhadores no nível municipal; organizar núcleos de base, de modo a ampliar a influência política do partido e sua capacidade de mobilização; e fortalecer a independência de classe, estimulando a participação organizada nos movimentos sociais em geral⁵¹.

Nas eleições de 1985, o PT se esforçou para divulgar uma imagem diferente daquela apresentada em 1982, numa evidente mudança de estratégia com relação à última disputa eleitoral⁵². Com uma campanha mais aberta, dirigida a amplos setores sociais – inclusive a classe média – e que mais uma vez apresentava o partido como uma alternativa política viável, o PT conquistou um expressivo resultado eleitoral quando comparado à sua primeira experiência nas urnas. Nas capitais, o partido foi o quarto mais votado do país, e nos quase 60 municípios onde lançara candidatos, terminou em terceiro lugar em 28 e conquistou o quarto lugar em 16. Em Porto Alegre e Belo Horizonte, onde os candidatos à prefeitura eram membros da DS, o PT ficou em terceiro lugar, com 11,3% e 7,6% dos votos, respectivamente⁵³. Em outras capitais, como Vitória e Aracajú, o partido terminou em segundo lugar. Já em São Paulo, maior colégio eleitoral do país, apesar da derrota, o candidato do PT à prefeitura, Eduardo Suplicy, obteve quase 20% dos votos. Mesmo com tantos resultados positivos, o partido só conseguiu vencer em Fortaleza, onde a deputada estadual Maria Luiza Fontenelle – que se filiara ao partido poucos meses antes, vinda do PMDB – conquistou pouco mais de 32% dos votos.

⁴⁹ O Congresso Constituinte foi instalado em 01 de fevereiro de 1987, encerrando suas atividades em 05 de outubro de 1988, quando foi aprovada a nova Constituição Federal.

⁵⁰ Aprovada em maio de 1984, a plataforma incluía, entre outras propostas, a revogação da legislação autoritária, o rompimento com o Fundo Monetário Internacional e a realização da reforma agrária sob o controle dos trabalhadores. Sobre a Plataforma dos 10 pontos, ver *Em Tempo*, ano VII, nº.190, 14 a 28 de junho de 1984, p.5.

⁵¹ *Em Tempo*, ano VIII, nº.198, março de 1985.

⁵² MENEGUELLO, Rachel. *PT: a formação de um partido – 1979-1982*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

⁵³ *Em Tempo*, ano VIII, dezembro de 1985.

Os resultados finais, sem dúvida, representaram um avanço quando comparados aos da eleição anterior e, ao mesmo tempo, fortaleceram os grupos de esquerda que assim como a DS defenderam uma campanha independente, sem a formalização de alianças com partidos considerados burgueses. O grande vencedor na disputa eleitoral de 1985, contudo, foi mesmo o PMDB, que no embalo da Nova República conquistou as prefeituras de 19 das 22 capitais e terminou em primeiro lugar em metade dos outros 201 municípios onde foram realizadas eleições⁵⁴. A crise econômica, por outro lado, continuava a se agravar, fazendo com que o governo Sarney perdesse cada vez mais apoio. A inflação daquele ano chegou a 235%, mais que o dobro do índice registrado em 1980, quando tiveram início os problemas na econômica brasileira.

No ano seguinte, o PMDB, mais uma vez, terminou como o grande vencedor da disputa, com quase 28 milhões de votos para o Congresso Nacional, praticamente três vezes mais que o PFL, o segundo mais votado no país⁵⁵. Embalado pela popularidade do Plano Cruzado, lançado no início de 1986, os peemedebistas só não venceram em Sergipe, onde o candidato eleito era do Partido da Frente Liberal. No Senado, o PMDB conquistou 44 das 49 vagas, e na Câmara, passou a ter a maioria absoluta, com 260 deputados federais. Até mesmo nas Assembléias Legislativas a vitória do partido foi incontestável: recebeu mais de 50% dos votos em quinze estados, incluindo os mais importantes do país.

Internamente, como afirmei antes, a DS também contribuiu bastante para a estruturação do PT. Além da sua participação sempre ativa na definição da linha política partidária, durante os anos 1980, a Democracia Socialista também apresentou um conjunto de propostas visando à democratização da estrutura interna da legenda. Dentre elas, as de maior destaque foram as que, de um lado, garantia a ocupação dos cargos executivos também pela minoria partidária e, de outro, a que reconhecia a existência das correntes internas e regulamentava suas atividades. Com relação à Executiva Nacional, a crítica da DS se dirigia à corrente majoritária do partido, a *Articulação dos 113*, que sistematicamente recusava apoiar mudanças no Regimento Interno que permitissem às minorias partidárias ocupar os cargos executivos do PT. Até o início dos anos 1990, quando o partido instituiu a divisão proporcional dos cargos também na Executiva, tal como no Diretório Nacional, cuja composição era feita dessa forma, a DS – assim como

⁵⁴ VILLA, Marco Antonio. *Sociedade e história do Brasil: da abertura democrática à Nova República*. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 2001.

⁵⁵ *Veja*, nº.951, 26 de novembro de 1986.

as demais correntes trotskistas – freqüentemente reivindicou o direito a ocupar os cargos executivos do partido, que pelo seu estatuto garantiam a administração efetiva da legenda. Em 1987, quando o PT aprovou a resolução que regulamentava as atividades das tendências internas, a corrente majoritária declarou que “não haveria, a rigor, nenhuma objeção à adoção do critério de proporcionalidade na montagem da Executiva Nacional não fosse o fato, inegável, de termos hoje, dentro do PT, o fenômeno de partidos dentro do nosso partido”, ou seja, de tendências internas com projetos partidários próprios, “caracterizando de maneira muito clara a prática da dupla militância e da dupla fidelidade”⁵⁶.

De fato, existiam, dentro do PT, projetos paralelos de algumas correntes – algumas, inclusive, com infra-estrutura, estatutos e financiamento próprios. Por isso a acusação de alguns setores do partido, particularmente a Articulação, de que as organizações de esquerda *vestiam duas camisas*, a da legenda e da própria organização, prejudicando o desenvolvimento do PT e acirrando as diferenças internas. Entre as correntes, havia as que pretendiam manter um partido estruturado dentro do PT, as que buscavam fortalecer-se dentro dele para hegemonizar seu projeto político e ainda as que simplesmente não se submetiam à disciplina partidária, adotando uma linha política que muitas vezes conflitava com a orientação oficial do PT.

Quanto ao reconhecimento das correntes internas e a regulamentação das suas atividades, proposta que a DS vinha defendendo desde a sua fundação, o partido aprofundou o debate interno sobre o assunto logo após o episódio envolvendo antigos militantes do PCBR no assalto ao Banco do Brasil, quando se apresentaram à política, logo após a prisão, como membros do PT, alegando que o assalto visara a arrecadar fundos para a revolução⁵⁷. Durante todo o ano de 1987, os diferentes grupos que atuavam no PT apresentaram suas opiniões e encaminharam propostas para a definição de regras de participação das correntes que existiam no partido. A discussão sobre a dupla militância – ou sobre os *partidos dentro do partido*, como se dizia na época – refletiu a necessidade de ampliar a democracia interna e ocorreu numa conjuntura política bem diferente da que o PT havia sido criado⁵⁸. Com a consolidação da Nova República, partidos há muito tempo ilegais, como o PCB e PCdoB, conseguiram seu registro oficial, ao mesmo tempo em que a esquerda clandestina que apoiara a fundação

⁵⁶ PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resolução sobre proporcionalidade*, 1987, mimeo.

⁵⁷ KECK, *op. cit.*

⁵⁸ *Idem.*

do PT, em 1980, passava a atuar de maneira pública e visível. As constantes divergências entre setores do partido e as organizações de esquerda, somadas ao caso do assalto em Salvador, evidenciaram a urgência de uma definição sobre as correntes internas que atuavam no PT desde o seu início.

No IV Encontro Nacional, o partido já havia aprovado uma resolução preliminar sobre a participação de grupos organizados no seu interior. O documento reafirmava o caráter *partidário* e *democrático* do PT e observava que o partido reconhecia e executava o direito da maioria sem deixar de garantir, por outro lado, a manifestação e representação das minorias em todas as suas instâncias. Com isso, a resolução destacava o espaço reservado à esquerda organizada e rebatia, ao mesmo tempo, as concepções frentistas de alguns grupos, ao lembrar que o PT não era “uma frente de organizações políticas, frente institucional de massas, que possa ser instrumentalizado por qualquer partido político”⁵⁹. Na época, os delegados presentes ao encontro determinaram que o novo Diretório Nacional regulamentasse o direito de tendências, lembrando apenas que “este direito não deve se estender a grupos que não abraçam o programa do PT nem acatam sua democracia e disciplina”.

Pouco antes do encontro, circulara entre os militantes do partido um livreto assinado por José Dirceu e Wladimir Pomar – ambos da corrente majoritária petista – em que as organizações de esquerda eram duramente criticadas por sua atuação. Acusado pela DS de suscitar um “debate equivocado e sectário”⁶⁰, o texto buscava contribuir para a discussão sobre a construção do PT, num momento em que o partido, segundo os autores, “corre o risco de ver muitos de seus militantes abraçarem as respostas prontas e acabadas de grupos políticos sectários ou ingressarem pelos descaminhos das dúvidas eternas”⁶¹. Em resumo, o livreto avaliava negativamente a participação das organizações de esquerda dentro PT, concluindo que elas não trabalhavam em favor do partido, mas de si mesmas, por acreditarem que assim estariam construindo o próprio PT. “Os militantes do PT devem compreender com clareza que os grupos organizados atuam no PT basicamente em seu próprio benefício e não em benefício da construção do PT”, afirmava o texto.

No ano seguinte, o debate sobre as tendências prosseguiu com a aprovação, pelo PT de São Paulo, de uma resolução que seria encaminhada ao Diretório Nacional do

⁵⁹ Citado em KECK, *op. cit.*, p.139.

⁶⁰ *Em Tempo*, ano XIX, n°.209, junho de 1986, p.14.

⁶¹ DIRCEU, José; POMAR, Wladimir. *Algumas considerações sobre as tendências organizadas no PT*. São Paulo: s.n., 1986, p.4.

partido para discussão no V Encontro. De acordo com o documento, o PT asseguraria a “qualquer grupo de militantes o direito de constituir-se, no interior do partido, como tendência política”⁶², desde de que esse reconhecimento não implicasse em qualquer tentativa de construção de um partido distinto do PT. A resolução afirmava que todas as direções partidárias deveriam garantir às tendências o acesso aos instrumentos de comunicação interna, de modo que as correntes não poderiam mais manter seus próprios jornais. O documento também proibia as tendências de se expressarem publicamente, devendo submeter-se à disciplina partidária e pronunciar-se exclusivamente como *Partido dos Trabalhadores*.

A resolução apresentada na convenção paulista pela corrente majoritária restringia ainda mais as atividades das tendências. Pelo texto, derrotado na plenária estadual, os grupos organizados não poderiam ter disciplina nem sede próprias e sua imprensa deveria ser incorporada à do próprio partido. A Democracia Socialista, naturalmente, criticou a proposta final e mais ainda a que fora encaminhada pela Articulação. Controladora de um jornal ativo há quase uma década, a DS não aceitava a hipótese de ser obrigada a transferir o *Em Tempo* para o partido ou simplesmente dissolvê-lo. Além disso, a DS também questionava a proposta do PT de São Paulo de não permitir que as tendências mantivessem suas próprias finanças. Segundo a Democracia Socialista, juntas, as duas proibições – a do jornal e a das finanças – inviabilizavam a disputa pelos órgãos de direção partidária, dificultavam a existência de tendências nacionais e favoreciam a elitização das correntes, uma vez que a resolução, se aprovada, restringiria “as tendências a membros abastados, que possam viajar por conta própria”⁶³. A DS acusou o texto final, que não incorporou as propostas da Articulação, de desconsiderar o aspecto político da regulamentação das tendências e de preocupar-se demasiadamente em tentar evitar que, sob o ponto vista administrativo, o partido se transformasse numa “federação de tendências”. Com tantas proibições, a Democracia Socialista afirmou que o documento não era de regulamentação, mas sim de “dissolução das tendências”. Para a DS, o que alguns setores do partido pareciam querer ao apoiar o documento naqueles termos era forçar uma atitude como a da corrente *O Trabalho*, que se dissolvera no interior da Articulação.

Cerca de dois meses antes do Encontro Estadual do PT de São Paulo, a Democracia Socialista havia divulgado suas posições a respeito das correntes e da

⁶² Citado em *Em Tempo*, ano X, nº.219, 15 de setembro a 15 de outubro de 1987, p.6.

⁶³ *Ibidem*, p.7.

democracia partidária. Embora a palavra *tendências* fosse utilizada pelos militantes petistas em referência às organizações de esquerda – geralmente revolucionárias – que atuavam no seu interior⁶⁴, alguns grupos, como a DS, tinham uma concepção mais ampla do termo, incluindo também setores ligados à Igreja Católica. “São tendências não apenas setores ou grupos que vieram de posições políticas precedentes ao partido ou grupos que se formaram no próprio debate da construção do PT, como também as várias organizações da Igreja, com suas fontes de decisão, bem como a chamada ‘Articulação’, hoje tendência majoritária dentro do PT”, defendia a Democracia Socialista⁶⁵. Desde a formação da Articulação, em 1983, a DS vinha acusando a corrente majoritária do partido de ser uma tendência interna mas de, contraditoriamente, não se reconhecer como tal, excluindo a participação da esquerda organizada do PT, com o argumento de que seus militantes *vestiam duas camisas*.

Para a DS, o partido só estaria unificado na ação na medida em que reconhecesse as diferenças internas e garantisse a cada corrente a oportunidade de participar, de fato, de todas as suas instâncias. “A representação democrática das suas posições, inclusive nas direções executivas [...] deve ser associada à garantia do direito de tendência, regulamentado estatutariamente”⁶⁶. A declaração da Democracia Socialista era dirigida particularmente à tendência majoritária no PT de São Paulo e também no Diretório Nacional, que excluía sistematicamente as minorias – como eram chamadas as organizações de esquerda – dos cargos executivos. Ao não reconhecer oficialmente a existência de grupos organizados que atuavam no partido, o PT contribuía, segundo a DS, para manter as divergências internas como as que vinham ocorrendo nos anos anteriores, cujo “resultado é profundamente despolitizante, sectarizante e, portanto, deseducativo”. Por isto, a Democracia Socialista defendia a regulamentação das tendências como forma de assegurar “uma crescente unidade de ação pública de todos os petistas”, observando que as diferenças de opinião no interior do partido não expressavam antagonismos, mas apenas diferentes experiências e posicionamentos existentes dentro da classe trabalhadora.

Depois de quase um ano de acalorados debates sobre a questão das tendências, o PT finalmente regulamentou a participação dos grupos organizados no seu interior, no V Encontro Nacional do partido. O documento aprovado no encontro, mais detalhado

⁶⁴ KECK, *op. cit.*

⁶⁵ Citado em GADOTTI, Moacir; PEREIRA, Otaviano. *Pra que PT: origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Cortez, 1989, p.144.

⁶⁶ *Em Tempo*, ano X, n°.218, 15 de julho a 15 de agosto de 1987, p.7.

que as propostas apresentadas até então, aproximou-se bastante do texto encaminhado pelo PT de São Paulo. Novamente, o partido declarava nunca ter assumido a condição de frente política ou de massas; reafirmava, por conseguinte, seu caráter partidário, democrático e estratégico; comprometia-se a aperfeiçoar a democracia interna, garantindo a participação e representação das minorias; e contrapunha-se à dupla militância, exigindo fidelidade exclusiva às decisões tomadas pelo partido. “O reconhecimento de agrupamentos desse tipo – partidos dentro do partido – seria a aceitação do partido enquanto frente política, vale dizer, a própria negação do projeto histórico do PT”⁶⁷. Ao mesmo tempo, a resolução incorporava a tese da Democracia Socialista de que a regulamentação das tendências era necessária para a unidade na ação, lembrando que o livre debate entre as diferentes opiniões seria permitido apenas como “genuína fonte de conhecimento” e meio de fortalecer o partido.

Na definição oficial do PT, seria considerada tendência “um grupo de petistas que se agrupa, ou se organiza, para defender posições no interior do partido, a partir de uma base política”, o que também se aproximava da definição da DS. As tendências, conforme o documento, eram distintas das articulações ou blocos de opinião formados esporadicamente. Nesse ponto, a intenção parece ter sido responder às críticas recebidas pela corrente majoritária do partido de que ela, mesmo não reconhecendo o direito das tendências, estaria atuando como tal dentro do PT. A resolução também explicitava as regras para o funcionamento das correntes internas, destacando que suas políticas e coordenações deveriam ser de conhecimento do partido; que suas finanças só poderiam ser obtidas dentro do PT, sem prejuízos à atividade financeira do próprio partido; e que elas não poderiam constituir um partido dentro do PT nem adotar o nome de Partido dos Trabalhadores.

Aprovada pela pequena diferença de 204 votos a favor e 147 contra, expressando a divisão do partido sobre a questão das correntes internas, a regulamentação das tendências, uma das propostas mais antigas da DS, não trouxe qualquer dificuldade para a organização. Desde o início envolvida na construção do PT e sem jamais ter atuado de forma paralela ao partido, a Democracia Socialista não foi prejudicada pelas normas estabelecidas na resolução, como, por exemplo, a proibição de manter “jornais públicos e de periodicidade regular”. Para adequar-se às novas regras, a DS precisou apenas incorporar ao seu nome o título de *tendência do Partido dos Trabalhadores* e direcionar

⁶⁷ PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções do V Encontro Nacional*, 1987, mimeo.

o *Em Tempo* para circulação exclusivamente interna. A regulamentação das tendências, ao mesmo tempo em que atendeu a uma reivindicação histórica da Democracia Socialista, também abriu o caminho que levaria ao seu reconhecimento oficial como corrente do partido, três anos depois, ainda que desde a sua fundação, em 1979, sempre tivesse atuado, na prática, como tendência do PT.

Conclusão

As considerações anteriores nos permitem concluir, a partir do caso específico da Democracia Socialista e do Partido dos Trabalhadores, que as tendências, longe de serem apenas fator de divisão interna, como frequentemente se afirma, podem assumir um papel importante para a organização e estruturação dos partidos dos quais fazem parte. No caso da DS, em particular, sua contribuição nesse processo ocorreu, primeiro, através do apoio do *Em Tempo* à criação no PT, num momento político em que estava em discussão a possibilidade de serem formada novas legendas; e, segundo, por meio da participação ativa do tendência no debate sobre a linha política partidária. Nessa perspectiva, a contribuição da DS foi importante por dois motivos principais: de um lado, porque acirrou a discussão interna sobre o tipo de partido que o PT deveria ser e sua função na conjuntura política dos anos 1980; de outro, porque suas críticas à estrutura partidária, na medida em que evidenciaram ainda mais os problemas internos, chamaram a atenção para a necessidade de democratizar o partido.

Evidentemente, a contribuição da DS foi apenas parcial, no sentido de que o desenvolvimento do Partido dos Trabalhadores, tanto interna quanto externamente, foi resultado também da atuação das demais correntes petistas. De qualquer forma, com sua postura sempre conciliadora, apesar das críticas ao partido e à sua liderança, a Democracia Socialista foi, durante os anos 1980 uma das organizações que mais cresceu dentro do PT, particularmente entre as trotskistas. Apesar da visão em comum em muitos, Convergência, OSI e Causa Operária, com uma atuação muitas vezes tida como radical e paralela às decisões internas, seguiram um caminho bem diferente da Democracia Socialista, a única das correntes trotskistas que apoiaram a criação do PT a permanecer no partido até hoje.

Referências

Bibliografia

- ANGELO, Vitor Amorim de. *A trajetória da Democracia Socialista: da fundação ao PT*. São Carlos: UFSCar, 2007. Mestrado (Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, pp.53-69.
- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. A luta democrática contra o regime militar na década de 1970. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.) *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004, pp.161-175.
- BERBEL, Márcia Regina. *Partido dos Trabalhadores: tradição e ruptura na esquerda brasileira (1978-1980)*. São Paulo: USP, 1991. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo.
- DIREU, José; POMAR, Wladimir. *Algumas considerações sobre as tendências organizadas no PT*. São Paulo: s.n., 1986, p.4.
- GADOTTI, Moacir; PEREIRA, Otaviano. *Pra que PT: origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Cortez, 1989, p.144.
- KECK, Margaret. *PT – A lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. São Paulo: Ática, 1991.
- KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2003, p.162.
- LEAL, Murilo; KAREPOVS, Dainis. Os trotskismos no Brasil (1966-2000). In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.) *História do marxismo no Brasil*, vol.6. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007, pp.153-237
- MENEGUELLO, Rachel. *PT: a formação de um partido – 1979-1982*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- PONT, Raul. *Da crítica ao populismo à construção do PT*. Porto Alegre: Seriem, s.d., p.67
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988
- VILLA, Marco Antonio. *Sociedade e história do Brasil: da abertura democrática à Nova República*. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 2001.

Documentos

- DEMOCRACIA SOCIALISTA. *O que é a Democracia Socialista: as posições políticas da Organização Revolucionária Marxista-Democracia Socialista*. São Paulo, s.d., p.28 (grifo do texto).
- _____. *Cadernos Em Tempo: o PT e o partido revolucionário no Brasil*, nº.1, setembro de 1981. São Paulo, 1981, p.29.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Programa*, 1980, mimeo.
- _____. *Resolução sobre proporcionalidade*, 1987, mimeo.
- _____. *Resoluções do V Encontro Nacional*, 1987, mimeo.

Periódicos

Em Tempo

Veja

Entrevistas

Joaquim Soriano

Silvio Caccia-Bava

Raul Pont